



Diário Oficial
Municípios de Santa Catarina

Terça-feira, 07 de outubro de 2025 às 13:16, Florianópolis - SC

PUBLICAÇÃO

Nº 7644767: DECRETO Nº 133/2025

ENTIDADE

Prefeitura municipal de Maracajá

MUNICÍPIO

Maracajá



<https://diariomunicipal.sc.gov.br/?q=id:7644767>

CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública
Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC
<https://diariomunicipal.sc.gov.br>



Assinado Digitalmente por Consórcio de Inovação na Gestão Pública Municipal - CIGA

DECRETO Nº 133, DE 7 DE OUTUBRO DE 2025.

ALTERA O ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 129/2025 QUE “DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO DE PLENO DOMÍNIO, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, IMÓVEL RURAL QUE ESPECIFICA SITUADO NO BAIRRO CENTRO, NO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS” E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANIBAL BRAMBILA, PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso XXX, do Artigo 21, dos Incisos VI e VII, do Artigo 75 e alínea “e” do Inciso I, do Artigo 92, todos da Lei Orgânica do Município e ainda de acordo com Artigo 1º, Artigo 2º, o que lhe faculta a alínea “e”, do Artigo 5º e Artigo 6º, do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterada pela Lei Federal nº 9.785, de 29 de janeiro de 1999 e,

CONSIDERANDO que compete ao Chefe do Poder Executivo dispor sobre a organização e funcionamento da administração municipal e ainda legislar sobre assuntos de interesse local, nos termos do Inciso I, do Artigo 30 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, dos seus Atos e Ações, conforme determina o Artigo 37, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o Decreto-Lei nº 3.365, de 1941, prevê que a Declaração de Utilidade Pública far-se-á por Decreto do Prefeito, nos termos do Artigo 6º;

CONSIDERANDO que o Ato Expropriatório é remédio legal para aquisição originária da propriedade por Ato Administrativo Discricionário de exclusiva conveniência do Poder Público, visando condicionar o seu uso ao bem-estar social e promover o bem comum;

CONSIDERANDO que a Desapropriação se configura como procedimento de Direito Público pelo qual o Poder Público transfere para si a propriedade de terceiro, levando-se em consideração razão de utilidade pública ou de interesse social, na maioria absoluta dos casos, através de pagamento de indenização (***Artigo 5º, inciso XXIV, CF***);

CONSIDERANDO a garantia constitucional que reconhece como uma tendência irreversível do Estado moderno, a possibilidade da interferência do Poder Público na mudança compulsória da destinação de um bem privado, ajustando aos interesses sociais, mediante desapropriação, prevista ao longo de vários dispositivos constitucionais;

CONSIDERANDO que a Lei considera de Interesse Social e de Utilidade Pública Terreno não explorado economicamente, objetivando a edificação de obras e serviços públicos, notadamente neste caso para a construção de casas populares para a doação às famílias em situação de vulnerabilidade social, promovendo dignidade e segurança habitacional influenciando positivamente na qualidade de vida destas pessoas que mais precisam, constituindo-se obra de relevante interesse público;

CONSIDERANDO a necessidade e o interesse Público Municipal que surge quando a Administração defronta com situações de utilidade pública, que, para serem resolvidas satisfatoriamente, exigem a transferência urgente de bens de terceiros ou parte dele, para o seu domínio de uso imediato, visando desta forma atingir seu objetivo;

CONSIDERANDO que a utilidade pública se apresenta quando da transferência de bens de terceiros, para a Administração é conveniente, possibilitando a interferência do Poder Público na mudança compulsória da destinação desse bem, ajustando aos interesses sociais, mediante a desapropriação, justificando com isso a destinação pública do bem expropriado;

CONSIDERANDO os documentos constantes que instruem o Processo Administrativo nº 715/2025;

CONSIDERANDO, como utilidade pública aquelas situações onde a transferência de determinado bem se afigura conveniente para a Administração Pública;

CONSIDERANDO finalmente, o evidente interesse e necessidade administrativa, na questão,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica alterado o Artigo 1º do Decreto nº 129, de 26 de setembro de 2025, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública, para fins de aquisição, por Desapropriação de seu pleno domínio, a se efetivar mediante acordo amigável ou judicialmente ou, ainda, por compra e venda, doação, permuta, transação, compensação, em caráter de urgência, de propriedade de DORILDO PREZALINO RAMOS, inscrito no CPF sob o nº 341.665.489-72, residente e domiciliado na Rua Manoel José da Rocha, nº 50, bairro Centro, Maracajá/SC CEP 88915-000, uma fração do terreno rural com área de 11.468,88m² (onze mil, quatrocentos e sessenta e oito metros quadrados e oitenta e oito décimos quadrados) situado no lado ímpar da Rua Valdir Carradore, esquina com a Rua Antônio Pedro Farias, Bairro Centro, Maracajá/SC, matrícula nº 7.288, registrada no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Araranguá, com suas medidas e confrontações, abaixo relacionados e descritas:

Área desapropriada da matrícula nº 7.288: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice P51 de coordenadas N=6.806.992,3223m e E=650.638,2533m, deste segue ao sul com distância de 167,28m confrontando neste trecho ao leste com David Ramos e outros - Matrícula nº 102.480 até o vértice P1 de coordenadas N=6.806.826,6135m e E=650.661,0915m, deste segue ao oeste com distância de 70,14m confrontando neste trecho ao sul com Dorildo Prezalino Ramos - Matrícula nº 7.288 até o vértice P2 de coordenadas N=6.806.817,0375m e E=650.591,6104m, deste segue ao norte com distância de 30,96m confrontando neste trecho ao oeste com a Rua Antônio Pedro Farias até o vértice P3 de coordenadas N=6.806.847,7499m e E=650.587,7120m, deste segue ao norte com distância de 29,35m confrontando neste trecho ao oeste com a Rua Antônio Pedro Farias até o vértice P4 de coordenadas N=6.806.876,8878m e E=650.584,1746m, deste segue ao norte com distância de 94,01m confrontando neste trecho ao oeste com a Rua Antônio Pedro Farias até o vértice P5 de coordenadas N=6.806.970,0506m e E=650.571,6060m, deste segue ao leste com distância de 15,18m em arco confrontando neste trecho ao norte com a Rua Valdir Carradore até o vértice P6 de coordenadas N=6.806.981,2126m e E=650.579,6535m, deste segue ao leste com distância de 59,64m confrontando neste trecho ao norte com a Rua Valdir Carradore até o vértice P51 de coordenadas N=6.806.992,3223m e E=650.638,2533m, ponto inicial da descrição deste perímetro.

...” (NR)

Art. 2º Permanecem inalterados todos os demais dispositivos do Decreto nº 129, de 26 de setembro de 2025.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 7 de outubro de 2025.

ANIBAL BRAMBILA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração, em 7 de outubro de 2025.

VLADIMIR BORGES BITENCOURT
Secretário de Administração